

## ADOLESCENTES E JOVENS INDÍGENAS: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO RIO NEGRO

ADOLESCENTS AND INDIGENOUS YOUNG PEOPLE: POLITICAL PARTICIPATION IN NEGRO RIVER

ADOLESCENTS ET JEUNES INDIGÈNES: PARTICIPATION POLITIQUE À RIVIERE NOIR

ADOLESCENTES Y JÓVENES INDÍGENAS: PARTICIPACIÓN POLÍTICA EN RÍO NEGRO

**Claudina Azevedo Maximiano**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Lábrea-AM, Brasil

**RESUMO:** O presente texto propõe uma reflexão inicial sobre o processo de participação política dos jovens indígenas no rio Negro, a partir da análise das iniciativas de mobilização/organização de um “novo sujeito político” no cenário do movimento indígena e do contexto social da referida região. O objetivo dessa reflexão é descrever o processo de articulação/mobilização de jovens indígenas na luta por espaços sociais de poder e apresentar, a partir desse contexto, o surgimento de um discurso em torno de um sujeito pluriétnico, autodenominado como “adolescentes e jovens indígenas”. Tal reflexão perpassa o contexto social do município de São Gabriel da Cachoeira, com destaque para Santa Isabel do Rio Negro, município localizado na região do Médio Rio Negro, campo em que se circunscreveu a pesquisa por meio da qual se construiu esta reflexão. A temática está ligada aos problemas sociais que envolvem os jovens indígenas e as iniciativas de organização, acrescida dos conflitos vivenciados por eles, ações classificadas como “marginais” e/ou a mobilização por políticas públicas específicas que acabam por se conectar e/ou se tangenciam no cotidiano.

**Palavras-chave:** jovens indígenas, participação política, movimento indígena, conflitos sociais.

**ABSTRACT:** This text proposes an initial reflection on the process of political participation of young indigenous people in Rio Negro, based on the analysis of the mobilization/organization initiatives of a “new political subject” in the scenario of the indigenous movement and the social context of the referred region. The objective of this reflection is to describe the process of articulation/mobilization of young indigenous people in the struggle for social spaces of power and, from this context, to present the emergence of a discourse around a multi-ethnic subject, self-named as “adolescents and young indigenous people”. Such reflection permeates the social context of the municipality of *São Gabriel da Cachoeira*, emphasizing *Santa Isabel do Rio Negro*, a municipality located in the region of the Middle Negro River, field in which was circumscribed the research through which this reflection was constructed. The theme is linked to social problems involving indigenous youth and organizational initiatives, in addition to the conflicts experienced by them, actions classified as “marginal” and/or the mobilization by specific public policies that connecting and/or becoming tangent in everyday life.

**Keywords:** young indigenous people, political participation, indigenous movement, social conflicts.

**RÉSUMÉ:** Ce texte propose une première réflexion sur le processus de participation politique des jeunes indigènes à Rio Negro, basée sur l'analyse des initiatives de mobilisation/organisation d'un «nouveau sujet politique» dans le scénario du mouvement autochtone et le contexte social de la région. L'objectif de cette réflexion est de décrire le processus d'articulation/mobilisation des jeunes indigènes dans la lutte pour les espaces sociaux de pouvoir et de présenter, à partir de ce contexte, l'émergence d'un discours autour d'un sujet multiethnique, autoproclamé «adolescents et jeunes autochtones». Cette réflexion traverse le contexte social de la municipalité de *São Gabriel da Cachoeira*, en se concentrant sur *Santa Isabel do Rio Negro*, une municipalité située dans la région du Moyen Rivière Noir, champ dans lequel est circonscrite la recherche à travers laquelle cette réflexion s'est construite. Le thème est lié aux problèmes sociaux impliquant les jeunes indigènes et aux initiatives organisationnelles, en plus des conflits vécus par eux, des actions qualifiées de «marginales» et/ou de la mobilisation par des politiques publiques spécifiques qui finissent par être liées et/ou tangentes au quotidien.

**Mots-clés:** jeunes indigènes, participation politique, mouvement indigène, conflits sociaux.

**RESUMEN:** Este texto propone una reflexión inicial sobre el proceso de participación política de los jóvenes indígenas en Río Negro, a partir del análisis de las iniciativas de movilización/organización de un “nuevo sujeto político” en el escenario del movimiento indígena y el contexto social de la referida región. El objetivo de esta reflexión es describir el proceso de articulación/movilización de los jóvenes indígenas en la lucha por los espacios sociales de poder y presentar, desde este contexto, el surgimiento de un discurso en torno a un sujeto multiétnico, autodenominado como “adolescentes y jóvenes indígenas”. Tal reflexión permea el contexto social del municipio de *São Gabriel da Cachoeira*, con énfasis en *Santa Isabel do Rio Negro*, un municipio ubicado en la región del Medio Río Negro, campo en el que se circunscribió la investigación a través de la cual se construyó esta reflexión. La temática está vinculada a problemáticas sociales que involucran a jóvenes indígenas e iniciativas organizativas, además de los conflictos vividos por ellos, acciones catalogadas como “marginales” y/o la movilización por políticas públicas específicas que terminan conectando y/o volviéndose tangentes en todos los días de la vida.

**Palabras-clave:** jóvenes indígenas, participación política, movimiento indígena, conflictos sociales.

## 1. Introdução

Início esta reflexão com o seguinte questionamento: o que considerar em um processo reflexivo no qual a questão principal é a análise sobre a emergência de um novo sujeito político, autodenominado “adolescentes e jovens indígenas”? Para qualificar essa questão, reporto-me à trajetória desses sujeitos<sup>18</sup> a partir do movimento indígena do Rio Negro, porém não me restrinjo a esse campo específico. Importa destacar o processo de articulação desses agentes sociais a partir da articulação de diversos espaços sociais por eles protagonizados/criados/articulados: o Departamento de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro (DAJIRN), na Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e o Departamento de Jovens Indígenas (DEJI), na Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), em Santa Isabel do Rio Negro. Este último foi criado a partir da iniciativa da presidência da Associação, à época, e da Pastoral da Juventude (PJ), organização da Igreja Católica que atua no Rio Negro e aparece no discurso dos jovens como *lócus* de formação política. E ainda, na fala dos jovens, grupos considerados “marginais”, denominados “galeras”, presentes em Santa Isabel do Rio Negro/AM. As “galeras” se organizam em atitudes com acento na rebeldia, que acabam por provocar/incomodar pessoas, famílias e instituições presentes no município e, dessa forma, acredito que também protagonizam o processo de formação desse “novo” sujeito político no/do contexto social do Rio Negro, tema que apresento como proposta central deste artigo.

Como preâmbulo para tal discussão, tomo como referência, a partir de dados observados em campo, os problemas sociais que se agravaram nas últimas décadas, com destaque para os casos de suicídios, envolvendo, sobretudo, a parcela mais jovem da população nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro. Além disso, destaco o aumento do consumo de bebida alcoólica, drogas ilícitas<sup>19</sup> e inventadas<sup>20</sup>, tais como desodorante, álcool e gasolina, bem como os conflitos provocados pelos grupos de adolescentes e jovens tidos como “marginais”; neste último caso, eles se tornam uma preocupação das instituições ligadas ao controle social, como a polícia, o Conselho Tutelar<sup>21</sup>, a escola e os pais. Tais problemas são apontados pelos sujeitos que lideraram/lideram esse movimento político como as bandeiras de luta que foram levantadas no I Congresso de Adolescentes e Jovens Indígenas, fórum de discussão do qual surgiu a proposta de criação do DAJIRN e da

---

<sup>18</sup> Utilizo o conceito de *sujeito* (Cf. Foucault, 2011), por considerá-lo um instrumento analítico.

<sup>19</sup> Em todas as entrevistas e conversas realizadas, as pessoas falam de “drogas” e/ou “outras drogas”; porém, quando questionadas sobre quais drogas, não sabem dizer quais são, apenas afirmam que existem e que são comercializadas na cidade.

<sup>20</sup> Expressão utilizada pelos jovens ao longo de oficinas sobre o alcoolismo e outras drogas, realizadas pelo DAJIRN nas escolas públicas de São Gabriel da Cachoeira no ano de 2009.

<sup>21</sup> “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei” (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, art. 131. Brasil, 1990).

Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEMJEL), em São Gabriel da Cachoeira/AM, e do DEJI, em Santa Isabel do Rio Negro/AM.

A mobilização de adolescentes e jovens indígenas ocorre no entorno de grupos de jovens organizados já existentes: os estudantes universitários do Rio Negro residentes em Manaus e participantes do Movimento de Estudantes Indígenas do Amazonas (MEIAM), membros de grupos de jovens da Pastoral da Juventude (PJ), grêmios estudantis. Esses coletivos de jovens se aglutinam em torno da busca de alternativas para os jovens inseridos em situações sociais de risco. A partir desse contexto está montado o “cenário” que possibilita a emergência do que estou chamando de um “novo” sujeito político no contexto social do rio Negro, o qual se autodenomina e/ou é reconhecido pelo Movimento Indígena, a FOIRN, como adolescentes e jovens indígenas.

Destaco que esse novo sujeito político precisa ser pensado de forma plural, visto que o movimento é composto por jovens de diferentes grupos étnicos, podendo ser considerado, portanto, um movimento pluriétnico. Tais sujeitos se encontram agregados, tendo como objetivo a reivindicação por políticas públicas que respondam aos problemas sociais e/ou situações de riscos sociais às quais estão expostas as novas gerações. Faço esse recorte para esclarecer que tal movimento não pode ser considerado como um movimento étnico, embora carregado de especificidades ligadas a um dos 23 povos indígenas do Rio Negro<sup>22</sup>, posto que se caracteriza como movimento pluriétnico, situando-se, portanto, na busca da representatividade peculiar ao próprio Movimento Indígena do Rio Negro, que se materializa na FOIRN. Na condição de federação, a FOIRN representa um conjunto de associações formadas por indígenas de diversos povos, num contexto de representatividade eminentemente político.

Sidnei Peres (2013: 22) afirma que “essa região é integrada por uma complexa rede de relações interétnicas (que inclui brancos e diferentes povos indígenas), formada por laços de parentesco, religiosos, econômicos e políticos que ultrapassam até as fronteiras nacionais com a Colômbia e a Venezuela”. O emaranhado de associações indígenas pode ser pensado no interior dessa complexa e dinâmica malha pluriétnica. O espaço das associações, tomado como instância privilegiada de interlocução com os “brancos” e de representação da autenticidade cultural indígena, desenha as condições propícias para investimentos políticos e atos refletidos de reformulação cultural. Esse é um novo contexto institucional e valorativo de inversão do estigma e,

---

<sup>22</sup> Os povos indígenas do Rio Negro são: Tukano, Dessana, Tariana, Tuyuka, Wanana, Bará, Kubeo, Pira-tapuya, Miriti-tapuya (ou Buia-tapuya), Arapaso, Karapanã, Makuna, Tapuyo, Siriano, Yurutí, Taiwano, Barasana, Baniwa, Kuripako, Baré, Werekena e os Maku (Hupda, Yhupde, Daw, Nadöb) (Cabalzar & Ricardo, 2006).

logo, de reavaliação dos registros simbólicos cotidianos de orientação do contato interétnico.

Outro destaque diz respeito à categoria “adolescente e jovem indígena”, que utilizo neste texto enquanto categoria “re-apropriada” e/ou “re-significada” por esses agentes sociais. Essa categoria deve ser entendida enquanto expressão/categoria do próprio movimento indígena, nascido no contexto atual, e que se expressa enquanto discurso apropriado por um grupo específico. No contexto sociocultural do Rio Negro (Maximiano & Meneses, 2009), essa parece ser uma categoria que foi sendo “naturalizada” e/ou “domesticada”, parafraseando a tese de Luciano (2011)<sup>23</sup>, pelos indígenas do Rio Negro, que a utilizam quando se referem às novas gerações.

Feito este preâmbulo, importa ressaltar que esta pesquisa propõe um debate sobre as dinâmicas sociais vividas pelos povos indígenas no século XXI e as novas configurações que emergem da experiência de vida das novas gerações, as quais estão tecendo/criando um “jeito” de assumir suas identidades étnicas em diálogo com os diversos contextos socioculturais nos quais estão inseridas. Compreendo, porém, que tal processo não se desenvolve da mesma forma nesses agentes sociais, pois cada grupo possui uma dinâmica própria: há aqueles que têm por objetivo a dimensão política, como é o caso dos jovens inseridos no movimento indígena; os que participam da PJ; e aqueles que talvez não tenham clareza de sua força política, mas “incomodam” e, talvez de forma não tão objetiva, exercem uma pressão sobre a sociedade, como é o caso dos grupos de amigos – “as galeras”. A ideia, portanto, é pensar essa dinâmica não esquecendo outros espaços com os quais esses jovens estão dialogando, sobretudo o virtual, ilustrado pelas redes sociais na rede mundial de computadores, disponível particularmente nos celulares, os quais integram o universo comunicativo desses agentes sociais.

## **2. Trajetória da discussão sobre políticas públicas para a juventude: caminhos até chegar ao Rio Negro**

Para situar o processo de articulação política da juventude indígena no Rio Negro, tomo como base para análise o ano de 2007. Para realizar tal recorte, fui motivada, sobretudo, pela criação do DAJIRN, repercutindo nas coordenadorias da FOIRN, com a criação do Departamento de Juventude Indígena (DEJI), na Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), em Santa Isabel do Rio Negro. A partir desse movimento, sou conduzida a pensar a construção da categoria. Para discuti-la, parto da hipótese de que a dinâmica social da atualidade, no tocante às políticas específicas, nos âmbitos internacional e nacional, impulsionou movimentos sociais, instituições públicas, organizações não governamentais (ONG) e pastorais da

---

<sup>23</sup> Gersem José dos Santos Luciano é indígena da etnia Baniwa; nasceu na aldeia Yaquirana, no Alto Rio Negro. Doutor em Antropologia.

igreja católica na direção da discussão sobre o tema juventude. Papa e Freitas (2011) organizaram uma interessante coletânea de trabalhos de diversos autores, envolvendo as políticas públicas para a juventude no Brasil.

O reforço da ideia de políticas públicas para a juventude produziu uma dinâmica específica no interior do movimento indígena<sup>24</sup> do Rio Negro, o que suscitou a emergência de um coletivo que estou chamando de um “novo sujeito político”, autodenominado “adolescente/jovem indígena”. Para entender melhor essa dinâmica, é preciso situar que o tema da juventude, segundo a perspectiva aqui adotada, é discutido no cenário mundial a partir do século XX. Para desenhar esse cenário, recorri ao texto intitulado *Política nacional de juventude: trajetória e desafios* (Silva & Silva, 2011) no qual as autoras realizam uma retrospectiva histórica do processo, apresentando a gênese internacional da discussão sobre a questão da juventude segundo o viés das políticas públicas.

No bojo das comemorações do Ano Internacional da Juventude, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) instituiu o último domingo de outubro como Dia Nacional da Juventude (DNJ). Mais que um espaço comemorativo, o DNJ foi assumido pela PJ como um espaço de formação sociopolítica no qual eram abordados temas de relevância social para a juventude. De 2001 a 2006, a PJ versou sobre o tema das políticas públicas para a juventude. Considero esse dado singular, pois foi através do material didático produzido pela PJ que os jovens do Rio Negro ligados a ela passaram a ter conhecimento sobre esse tema e se integraram no processo de articulação política, que teve nas políticas públicas a bandeira de luta dos adolescentes e jovens indígenas do Rio Negro vinculados ao movimento indígena.

No contexto internacional, a ONU estabeleceu o período de 12 de agosto de 2010 a 11 de agosto de 2011 como mais um ano internacional da juventude. Com o tema “Diálogo e entendimento mútuo”, a data teve o intuito de reforçar uma agenda política para os países na qual se coloque em pauta a juventude como parte do processo de fortalecimento do crescimento/desenvolvimento, acrescido pela busca da paz, tema no qual está centrada a ONU.

No Brasil, para falar do destaque sobre o tema juventude no cenário nacional, Silva e Silva (2011) fazem a leitura histórica a partir da criação do *Código de Menores*, de 12 de outubro de 1927. O Código é apresentado pelas autoras como marco legal que deu início à ação do Estado, em se tratando de políticas para a juventude, e que teve como desdobramento a criação, em 1941, do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e, em 1964, da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), responsável pela Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM). As referidas autoras afirmam

---

<sup>24</sup> Matos (1997) desenvolveu um estudo sobre o processo de criação e consolidação do movimento indígena no Brasil, no período de 1970 a 1980.

que a concepção político-social implícita nessa Lei era de um instrumento de controle social da infância e da adolescência, vítimas da omissão ou transgressão da família. O *Código do Menor* expressava a ideia do controle do Estado sobre os adolescentes e jovens, vistos como marginais e não enquanto sujeitos de direito.

A partir da pressão dos movimentos sociais e dos organismos internacionais, no final da década de 1980, e das conquistas sociais referenciadas na Constituição Federal de 1988 (CF/88), se inicia o processo de mudança com a criação de um marco legal. O art. 227 da CF/88 (Brasil, 1988) apresenta as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Por parte do governo federal, esse tema passou a tomar força a partir de 1989, quando o Brasil, um dos países signatários da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos da Criança, comprometeu-se a adotar medidas para efetivar os direitos reconhecidos por essa Convenção. A instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069), em junho de 1990, representou um grande avanço na defesa dos direitos da criança e do adolescente (Silva & Silva, 2011).

Apesar de na legislação brasileira não haver menção à categoria geracional juventude, é a partir das discussões sobre criança e adolescente que vai se forjando o discurso sobre os direitos da juventude no Brasil. O ECA inaugurou uma nova cultura no âmbito do direito brasileiro ao inserir a criança e o adolescente como sujeito de direito e não mais como objeto das ações do Estado. Motivados pelo processo de organização das conferências de juventude, os jovens da PJ e o Grupo de Articulação Política da Juventude Indígena (GAPOLJI) organizam as chamadas Conferências Livres<sup>25</sup> (Brasil, 2011) em São Gabriel e Santa Isabel do Rio Negro. Nesse contexto, a PJ socializava as informações sobre as discussões em torno do tema das conferências que estavam acontecendo no Brasil.

Dessa forma, os jovens do Rio Negro conseguiram se articular e enviar uma representante da região para a Conferência Estadual de Juventude em Manaus. Além disso, com o apoio da PJ e outros movimentos de juventude, os jovens conseguem eleger como representante do Rio Negro uma jovem indígena, através de uma estratégia organizada pela PJ dentro da Conferência Estadual de Juventude. Essa jovem participa, em Brasília, da Conferência Nacional de Juventude, como uma das representantes da juventude amazonense. Através desse movimento iniciado nos grupos de base da PJ dentro das paróquias, o discurso sobre políticas públicas para a juventude do Rio Negro vai tomando corpo. Essa trajetória se concretiza com a

---

<sup>25</sup> As Conferências Livres são instrumentos de participação que ampliam a construção de espaços de discussão e debate onde os diversos setores da sociedade brasileira podem contribuir para o fortalecimento da Política Nacional de Juventude. As conferências livres são uma ferramenta diversificada que possibilita a ampliação da participação política trazendo para a discussão pessoas que não participam dos espaços formais de debate (Brasil, 2011).

participação em atividades de militância dentro do movimento indígena e nos espaços públicos.

A realização das Conferências Livres foi bastante significativa no processo de mobilização política dos adolescentes e jovens indígenas no Rio Negro. A participação e o envolvimento de adolescentes e jovens indígenas na luta por políticas públicas específicas para a juventude pode ser considerada como um processo de participação/articulação desses agentes sociais no âmbito do movimento indígena e das esferas públicas de governo municipal, utilizando como referência a pauta de reivindicações definidas a partir do I Congresso de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro e a criação do GAPOLJI, formado a partir do referido congresso.

Nos grupos da PJ, os jovens indígenas que lideraram o referido movimento foram tendo contato com o tema das políticas públicas para a juventude, que emergiu durante os anos 2000. A PJ surge como um elemento importante no processo de formação daquilo que estou categorizando como um “novo” sujeito político no Rio Negro. Ressalto que, paralelamente a esse processo de articulação política no âmbito da formalidade (e até provocando-a), existe outro processo “organizativo” de jovens que buscam a diversão, o lazer e que, com um jeito/estilo próprio de articulação, provocam a sociedade e exercem “força” sobre os espaços instituídos pelo movimento indígena e pelas esferas de governo. Tal forma de “organização” e/ou “processo organizativo”, também me provoca enquanto pesquisadora. Proponho-me a fazer um diálogo e/ou uma ponte entre esses grupos específicos, os quais, na minha leitura, criam um discurso convergente, dentro de contextos e posições sociais diferentes e, às vezes, divergentes com os jovens politicamente organizados na PJ e no movimento indígena. Estou me referindo aos “grupos de amigos”, identificado pelas pessoas como “galeras”, que são grupos estigmatizados pela sociedade.

Para efetivação desse processo de aproximação, destaco que possuo relação de proximidade com alguns jovens vinculados a tais grupos, na cidade de Santa Isabel do Rio Negro. Tal aproximação pode ser considerada arbitrária, porém destaco que a intenção é de aproximação de discursos, os quais, a partir dos dados de campo, parecem ser convergentes, mesmo em uma lógica divergente. Os dois movimentos – de um lado os jovens organizados politicamente, do outro, os jovens dos grupos estigmatizados – provocam impactos diferenciados no contexto sociocultural do Rio Negro. No entanto, as ações desses grupos se tangenciam e/ou estão interligadas no cotidiano das cidades e/ou das comunidades.

Esses agentes estão inseridos nos mesmos espaços/contextos sociais, sofrem as mesmas limitações no que tange à questão das políticas públicas e, por consequência, à falta de estrutura para atender suas necessidades específicas. O que os difere é a forma e/ou as “ferramentas” e a clareza de objetivos quanto à ideia de

mobilização para chamar atenção dos adultos, das autoridades. Nesse sentido, os grupos estigmatizados chamam mais a atenção, pois acabam por provocar a sociedade a pensar e/ou se inquietar/incomodar com sua presença provocadora e intimidadora, visto que são considerados como uma ameaça. A partir da posição que ocupam no cenário maior do Rio Negro, esses agentes sociais estão construindo um discurso. É preciso considerar, porém, que isso se dá em níveis diferenciados de entendimento e/ou controle desse processo.

Em termos de contexto discursivo, entendendo-se que o discurso não é elaborado somente com palavras e textos (discursos e documentos), esse é um aspecto controlado pelos jovens dos grupos organizados – PJ, DEJI, DAJIRN – que criam e/ou participam de espaços oficiais, como seminários, congressos e assembleias. Mas a dimensão discursiva vai além desses espaços oficiais, sendo também ação, postura, atitude, onde se encaixam os grupos considerados estigmatizados. É por meio desse ponto quase invisível que proponho a ideia de convergência discursiva desses agentes sociais para a formação do novo sujeito político no Rio Negro. A seguir, apresento alguns espaços sociais que formalizam parte desse processo discursivo exposto. Entre eles destaco: o I Congresso de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro; o GAPOLJI; o DEJI; a PJ e a PJ no Rio Negro. A experiência do grupo de amigos não será retratada neste artigo.

### **3. O I Congresso de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro**

A chamada de atenção sobre o tema adolescente e jovem indígenas vem despontando no “cenário” do movimento indígena do Rio Negro, a partir da articulação política de jovens indígenas na região, com destaque para a sede do município de São Gabriel da Cachoeira/AM, repercutindo em Santa Isabel do Rio Negro/AM. O movimento teve como ponto de partida, na década de 2000, a emergência de uma pauta de reivindicações protagonizada por jovens que se organizaram em torno de uma causa comum: a situação de risco social na qual estava/está inserida a parcela mais jovem da população indígena da região do Rio Negro. A motivação inicial para tal mobilização surge em resposta à sequência de suicídios de jovens e adolescentes indígenas ocorridos em São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, a partir dos anos 2000, sendo intensificados no biênio 2005-2006 e agravados pelo aumento do consumo de bebida alcoólica, drogas ilícitas e inventadas<sup>26</sup>. Aqui, faço referência aos estudos de Souza (2009), que investigou o uso de álcool e a violência em contextos indígenas em transformação.

O I Congresso de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro, ocorrido no período de 31 de julho a 03 de agosto de 2007, reuniu mais de 150 participantes,

---

<sup>26</sup> Termo utilizado pelos jovens ao se referirem ao consumo de substâncias como: desodorante, álcool, gasolina, entre outras.

entre eles: representantes das escolas presentes na sede do município de São Gabriel da Cachoeira; associações de bairros; igrejas e representantes das cinco coordenadorias da FOIRN (Alto Rio Negro e Xié, Médio e Baixo Rio Negro, Içana, Alto Uaupés, Tiquié e Baixo Uaupés). As regiões denominadas Médio e Baixo Rio Negro compreendem os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. O evento contou com o apoio das seguintes instituições: Unicef, Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), FOIRN, Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira e Instituto Socioambiental (ISA). Na organização do evento, estavam os jovens do MEIAM e os membros da PJ de São Gabriel da Cachoeira.

Ao longo da leitura do *Documento 85* (CNBB, 2007), síntese do Congresso em foco, é possível perceber a autoidentificação de um sujeito determinado: adolescentes e jovens indígenas. As adjetivações a esse sujeito, apresentadas no documento são: do Alto Rio Negro e/ou de São Gabriel da Cachoeira. Essa denominação reforça o que considero a emergência de um novo sujeito político no contexto do movimento indígena no Rio Negro. Na introdução do *Documento 85*, evidenciam-se as motivações que conduzem esse processo de aglutinação dos agentes sociais em torno de problemas sociais que parecem se destacar como a motivação propulsora para esse movimento político.

O *Documento* em questão é marcado por um discurso que apela para a autonomia e sensibilização da sociedade, em particular as esferas de governo e as autoridades/lideranças indígenas, quanto às ações concretas em relação aos adolescentes e jovens indígenas. Nota-se também a busca de reconhecimento por parte dos agentes sociais que lideraram o Congresso, enquanto representantes de uma categoria social que se reconhece e se respeita no contexto de autorreconhecimento, impulsionado pelo próprio evento. Isso reforça a ideia de busca pelo poder de representação, conforme registrado em depoimentos como: “participamos do congresso para nos conhecer e nos respeitar como povos diferentes, para partilhar nosso desejo de construir um mundo mais justo” (CNBB, 2007).

Considerando todo o processo, creio ser possível argumentar que esse evento produziu o que Bourdieu (1989) chama de porta-voz, ou seja, um processo de instituição, geralmente percebido e descrito como processo de delegação, pelo qual o mandatário recebe do grupo o poder de fazer o grupo. As lideranças juvenis passam a falar *em nome de*, assumindo o discurso de falar em nome dos adolescentes e jovens indígenas do Rio Negro, trazendo como pauta de reivindicações as chamadas políticas públicas, no intuito de minimizar os problemas sociais que atingiam e/ou atingem essa parcela da população. Também está explícita nesse processo a perspectiva de se assumir os espaços de poder, isto é, mais do que simplesmente tentar minimizar os impactos dos problemas sociais, esses sujeitos buscam também

ocupar os espaços já instituídos e construir outros, no intuito de protagonizarem os processos que possam garantir os sonhos e esperanças que expuseram no documento final do Congresso.

#### **4. Grupo de Articulação Política da Juventude Indígena (GAPOLJI)**

Oficialmente denominado Grupo de Articulação Política de Juventude Indígena, o GAPOLJI foi formado a partir do I Congresso de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro, com a responsabilidade de continuar o processo de articulação, buscando garantir o lugar dos adolescentes e jovens indígenas nos diversos espaços de decisão política. O Grupo surgiu com a missão de ser porta-voz do coletivo de adolescentes e jovens presentes no I Congresso e se apresentou como articulador, no intuito de exercer pressão para efetivação das reivindicações apresentadas como resultado do referido evento, destacando-se a luta pela criação do DAJIRN e da SEMJEL. Essa reivindicação é apontada como conquistas dos adolescentes e jovens indígenas organizados na luta por seus direitos.

Uma das lideranças do GAPOLJI chegou a afirmar, em nome do grupo, que “o documento do I Congresso é a nossa identidade”. Essa fala aponta para a importância dada ao evento pelos líderes do movimento, que se coaduna às lutas implementadas após o evento, assim como à busca de legitimidade para a ação do referido grupo a partir de um coletivo, o qual, nesse caso, se reporta aos agentes sociais presentes no Congresso, na condição de representantes dos jovens de suas coordenadorias, escolas e bairros. Existe um pós-congresso referenciado por esses jovens como algo significativo/singular. Nesse sentido, parece que, para eles, o Congresso produziu um movimento de construção/criação de uma identidade coletiva, quando enunciam: “nós adolescentes e jovens indígenas”. Esse enunciado se aproxima da “energia mobilizadora” definida por Bourdieu (1989).

O GAPOLJI apresenta a criação do DAJIRN e da SEMJEL como conquistas dos adolescentes e jovens indígenas, organizados na luta por seus direitos. A partir do processo de articulação no Congresso, esse grupo assumiu a posição de articulador das ações propostas no documento final do evento e também de fiscalizador das políticas públicas realizadas em prol dos adolescentes e jovens indígenas do Rio Negro, acompanhando as ações do próprio movimento indígena com relação às questões relacionadas a esses agentes sociais.

#### **5. Adolescentes e jovens indígenas em Santa Isabel do Rio Negro**

Além da criação do GAPOLJI, o Congresso também repercutiu, em sequência, no município de Santa Isabel do Rio Negro. A partir das experiências, vivências e momentos coletivos em São Gabriel da Cachoeira, o movimento indígena de Santa Isabel do Rio Negro, através da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), também assumiu discutir as questões sociais ligadas à parcela mais

jovem da população. Procurou-se, a exemplo da mobilização feita em São Gabriel da Cachoeira, articular a juventude indígena na sede do município.

Em Santa Isabel do Rio Negro foi feita uma convocação dos jovens pela diretoria da ACIMRN, objetivando a criação do Departamento de Jovens, a exemplo da FOIRN, no intuito de estabelecer uma interlocução para resolução dos problemas sociais que envolvem jovens indígenas no município, sobretudo os suicídios, o aumento do consumo de bebida alcoólica e as drogas ilícitas. Tais problemas atingiam os jovens da sede e de algumas comunidades do interior. Em 19 de outubro de 2007, foi criado o Departamento de Juventude do Médio Rio Negro (DEJI), tendo como sede a ACIMRN, em reunião realizada no Centro Social do bairro Santa Inês. Os jovens que haviam participado das programações dos 20 anos da FOIRN e da I Assembleia do DAJIRN em São Gabriel da Cachoeira, como representantes da ACIMRN, foram eleitos para a coordenação do novo Departamento. Estiveram presentes representantes dos bairros: Centro, São Judas, Santa Ana, Dom Walter, Santa Inês, Aparecida e São José Operário; além das comunidades de Cartucho e Campinas do Rio Preto.

Naquele período, foram criados Departamentos de Jovens nas comunidades Campina do Rio Preto e Cartucho, ambas localizadas na região do Médio Rio Negro, mas que não chegaram a funcionar. Esse momento vivido pela ACIMRN pode ser considerado como singular, visto que, para além da sede de São Gabriel da Cachoeira, foi onde ocorreu uma repercussão efetiva do movimento iniciado na FOIRN, com a criação de um espaço político de interlocução da juventude indígena e o envolvimento das comunidades.

O Departamento de Juventude Indígena (DEJI) da ACIMRN é fundado com o objetivo de tornar experiências de políticas públicas de/para/com juventudes possíveis para a promoção do programa de desenvolvimento regional indígena sustentável e fazer controle de políticas públicas para a juventude (ACIMRN/DEJI, 2008). No projeto de criação do DEJI, em acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Unicef e Secretaria Nacional de Juventude, a fase da adolescência compreende a idade de 12 a 17 anos e a de jovens a faixa de 18 a 30 anos; admite-se o acréscimo de um ano, embora o Estatuto da Juventude, validado através da Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Brasil, 2013), considere jovem a pessoa com idade até 29 anos.

Uma das ações do DEJI foi a realização da I Conferência de Adolescentes e Jovens Indígenas, em parceria com a PJ da Paróquia Santa Isabel e a Prefeitura. Essa Conferência aconteceu no período de 18 a 20 de abril de 2008. É preciso ressaltar que a articulação política dos jovens em Santa Isabel do Rio Negro não gerou os mesmos efeitos que em São Gabriel da Cachoeira. Um dos coordenadores afirmou que eles gostariam de ter criado a Secretaria de Juventude no município, o que não foi possível, assim como outras frentes com relação à efetivação de políticas públicas

para a juventude no município. A proposição do DEJI era, então, iniciar um processo similar ao que estava ocorrendo na sede de São Gabriel, articulado pelo GAPOLJI.

## **6. A Pastoral da Juventude (PJ)**

Para melhor entender o processo de construção do novo sujeito político no Rio Negro, é preciso situar o contexto social em que foram “formados” os jovens indígenas que conduziram o processo de afirmação e/ou autoafirmação do discurso que cria politicamente a categoria adolescentes e jovens indígenas. Para tanto, faz-se necessário destacar a Pastoral da Juventude (PJ), órgão da Igreja Católica presente na região, em algumas paróquias. A PJ aparece no discurso das lideranças desse movimento como um espaço social importante na formação/capacitação dos jovens indígenas. A participação nos grupos da PJ possibilitou a esses agentes sociais um processo de capacitação sociopolítica.

Em sua estrutura teórico-metodológica, a PJ segue os princípios da teologia da libertação e utiliza como base o método ver-julgar-agir<sup>27</sup>. Para compreender esse processo, considero singular descrever um pouco do que é a PJ, sua metodologia e de que maneira ela foi sendo incorporada no Rio Negro, tendo em vista a especificidade própria daquele contexto social, cidades/comunidades. O que está por trás de tal proposição é tentar pensar os dispositivos utilizados pelos jovens no processo de construção de um discurso, isto é, pensar como ele se constitui e/ou como vão sendo criadas as condições sociais para o surgimento desse coletivo no contexto histórico contemporâneo do rio Negro.

A Pastoral da Juventude (PJ) é o nome empregado para designar o conjunto orgânico da ação da Igreja entre os jovens, tendo nos próprios jovens, protagonistas de sua evangelização e evangelização de outros jovens; os grupos de base como instrumento pedagógico; a espiritualidade encarnada fazendo a síntese fé-vida como motor e marco teórico próprio, como elemento de unidade (Sofiaty, 2004). Desse modo, “num constante processo de amadurecimento e revisão das experiências, a PJ vai se constituindo, a partir da prática refletida em cursos, encontros e assembleias paroquiais, diocesanos, regionais e nacionais (CNBB, 1992: 68).

Nesse sentido, é preciso destacar que, como a metodologia da PJ está pautada na participação efetiva dos jovens no processo de organização e dinamismo das atividades do grupo, é possível afirmar que houve um processo de apropriação dos conceitos/propostas da Pastoral ao serem aproximados à realidade do Rio Negro pelos próprios jovens. Dessa forma, a PJ vai se tornando uma pastoral que traz na sua

---

<sup>27</sup> A PJ, “em sintonia com a Igreja do Brasil, usa o método Ver-Julgar-Agir; busca a formação integral dos jovens nas dimensões: pessoal, social, política, cultural, teológico-teologal, ecumênica, metodológica. Tudo dentro de um processo progressivo e intensivo de nucleação (busca de novos jovens); iniciação (formação e processo grupal) e militância (ação transformadora motivada pela fé)” (CNBB, 1992: 112).

concretude o jeito do jovem indígena. Considerando tal perspectiva, fico a me perguntar: como esta proposta de Pastoral se concretizou no Rio Negro? Como esses jovens, filhos dos ex-alunos salesianos<sup>28</sup> – que passaram por um processo de formação que castrava a liberdade, impedia o uso da língua materna, pautado na obediência – lidaram/lidam com a metodologia da PJ?

Diante de tais questionamentos, é preciso destacar que poucas paróquias, mais precisamente nas cidades, como São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, fizeram e/ou fazem a experiência de ter grupos da PJ. Faço essa ressalva para indicar que em outras experiências - como as existentes nas paróquias Miguel Arcanjo de Iauareté, São João Bosco, Pari-Cachoeira e Nossa Senhora da Assunção, no Içana - os grupos seguiam e/ou seguem um modelo de organização diferente da PJ. A vivência dos jovens nos pequenos grupos da PJ e a formação sociopolítica neles adquirida possibilitaram a construção de um processo de mobilização coletiva que culmina na reivindicação da criação de espaços de representação coletiva no contexto do movimento indígena, neste caso, a FOIRN, o DAJIRN e na ACIMRN, o DEJI, assim como nos espaços públicos.

No caso de São Gabriel da Cachoeira, essa construção se deu através da criação da SEMJEL e do Conselho Municipal de Juventude, cujos resultados foram apresentados como conquistas da juventude indígena do Rio Negro e da reivindicação feita na II Assembleia do DAJIRN (julho de 2013). Esse processo é fruto de situações sociais específicas, já apresentadas neste trabalho, que possibilitaram tal mobilização. E a participação na PJ ganha destaque nesse discurso. Faz-se necessário destacar que os grupos da PJ se diferenciam no aspecto metodológico dos organizados pelos salesianos/salesianas no Rio Negro. É possível afirmar, entretanto, que tais grupos fazem parte do processo histórico do associativismo juvenil no Rio Negro e que serviram de base para algumas experiências de PJ ocorridas, sobretudo, em São Gabriel da Cachoeira e em Santa Isabel do Rio Negro. Com o crescimento dessas cidades, os salesianos foram perdendo o controle das ações presentes nas paróquias e nos colégios.

Para compreender tal processo faz-se necessário perceber as mudanças ocorridas no campo da ação missionária no Rio Negro nos anos de 1970 e 1980. Conforme afirma Sidnei Peres (2013), os salesianos começam um processo de reestruturação da sua ação evangelizadora tendo por base os princípios refletidos nos Concílio Vaticano II (1967), a denúncia no Tribunal Russel (1980) e as críticas dos setores da Igreja Católica ligados à perspectiva da Teologia da Libertação, os quais geram um processo de mudança da prática missionária dos salesianos no Rio Negro.

---

<sup>28</sup> Religiosos pertencentes à Igreja Católica que atuam no Rio Negro e mantiveram por décadas o sistema de internatos nas escolas, chamadas “escolas da missão”.

A política missionária salesiana, nos anos 70 e 80, respondeu a tais críticas reformulando seus princípios e programas. Tinha como uma das suas principais estratégias atuar na formação moral e intelectual dos povos indígenas da região, definindo sua prática como “pastoral educativo-evangelizadora”, reunindo seus agentes periodicamente na sede de São Gabriel para avaliar seu trabalho. Dentro dessa perspectiva, enfatizava o “desenvolvimento comunitário”, por meio de cursos para formação de professores, líderes locais (capitães, administradores ou presidentes, conforme a região do Rio Negro) e agentes de pastorais. A palavra de ordem era organizar os povoados, considerando os seguintes planos: social, escolar, sanitário, recreativo e agrícola. Tal projeto é totalizador, pois visava “operar em todas as dimensões da vida social, a partir da imposição de um modelo de sociabilidade concebido como para os indígenas e ribeirinhos” (Peres, 2013: 79).

Peres (2013) aponta que as mudanças de postura pastoral dos salesianos levaram ao incentivo do associativismo, o que, em sua descrição, parece se aproximar da proposta da PJ, pois havia o estímulo às práticas religiosas e à participação em eventos para promover benefícios à comunidade. Porém, tais grupos não seguiam a proposta metodológica própria da PJ no Brasil. Quase sempre eram grupos grandes, cada paróquia possuía um único grupo e as ações eram centradas na linha da espiritualidade e recreação. Destaca-se o que a Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) classifica como pastoral orgânica<sup>29</sup> e, neste caso, existe a PJ.

A proposta de associativismo juvenil implantada pelos salesianos/as no Rio Negro não está referenciada como pastoral orgânica da CNBB, por ser algo específico da congregação salesiana. Nesse sentido, creio que, na região do Rio Negro, há duas experiências de organização de jovens no interior da igreja Católica, que acabam se tocando/misturando. Num primeiro momento, pode ser caracterizado como um movimento produzido pelos salesianos e depois, sobretudo nos centros urbanos, vai se aproximando da experiência da PJ. Uma razão para isso está no crescimento das cidades e as mudanças no interno da igreja católica; os salesianos vão redefinindo sua presença e diminuem o número de missionários, o que considero singular para a entrada de novas perspectivas pastorais, entre elas a PJ.

Nesse contexto, na experiência dos jovens que hoje estão inseridos nesse processo de mobilização coletiva, destaco: a equipe da PJ do Brasil elaborou um projeto de formação sobre o tema das políticas públicas para a juventude, envolvendo a produção de material e a organização do Dia Nacional da Juventude (DNJ), que acontece no mês de outubro, a cada ano, desde 1985. De 2001 a 2006, o tema do DNJ foi *Políticas Públicas para a Juventude*. Isso significa que todo o material utilizado para a organização deste evento esteve, por seis anos, centrado neste tema.

---

<sup>29</sup> Segundo o Documento 85, da CNBB, pastoral orgânica significa que “tenha-se presente a opção preferencial pelos jovens e as “diretrizes” lançadas pelos Bispos em Puebla” (CNBB, 2007: 140).

Em 2001, *DNJ: Políticas Públicas para a Juventude – Paz, Dom de Deus! Direito da Juventude*. Em 2002, *DNJ: Políticas Públicas para a Juventude – A vida se tece de sonhos*. Em 2003, *DNJ: Políticas Públicas para a Juventude – Lancemos as redes em águas mais profundas*. Em 2004, *DNJ: Políticas Públicas para a Juventude – A gente quer fazer valer nosso suor... A gente quer do bom e do melhor*. Em 2005, *DNJ: Políticas Públicas para a Juventude – Juventude vamos lutar! Chegou a hora do nosso sonho realizar*. Em 2006, *DNJ: Políticas Públicas para a Juventude – Juventude que ousa sonhar constrói um Brasil popular*.

No bojo da preparação para os DNJ, os jovens dos grupos ligados à PJ no Rio Negro foram descobrindo/conhecendo o tema das políticas públicas para a juventude. Eles foram também construindo um discurso que parece culminar com a iniciativa de engajamento em partidos políticos por parte de alguns, de forma particular em São Gabriel da Cachoeira, o que não ocorreu em Santa Isabel do Rio Negro. Quanto ao contexto social, os jovens que vivenciam esse processo de mobilização política começaram a participar de grupos a partir dos anos 2000, nas cidades de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro. O grupo é vivenciado por eles como espaço social de encontro com os amigos. Além da possibilidade de articular saídas, namoros, reflete um pouco para além da escola a vida social de muitos deles. Muitos jovens no grupo desenvolveram habilidades artísticas a partir dessa experiência, tais como: tocar violão, artes cênicas através de dramatizações (pequenas peças de teatro) vividas nos momentos litúrgicos, como *Paixão de Cristo* e *Natal*. Dessa maneira, o grupo possibilita a inserção na vida social a partir das ações religiosas e sociais realizadas na cidade e na escola. Como nestes centros urbanos os espaços de lazer para os jovens são reduzidos, o grupo se torna um espaço social importante.

## **7. Considerações finais**

Existem conexões/aproximações entre a PJ e os Departamentos de Juventude no contexto das organizações/movimentos indígenas que podem ser consideradas como consequências do processo de apropriação desses agentes sociais (jovens indígenas) de instrumentos legais. Ao me referir a instrumentos, reporto-me à implementação de políticas públicas específicas para a juventude no contexto brasileiro, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); às conferências de Juventudes e a todo o material produzido pela Pastoral da Juventude, aos quais esses jovens tiveram acesso, possibilitando a formação de um discurso apropriado por um grupo específico, que assumiu o papel de representante dos adolescentes e jovens indígenas.

O processo inaugurado pelos jovens indígenas perpassa outro, situado historicamente a partir das situações sociais elencadas neste texto e que acabaram por justificar e legitimar o discurso de defesa dos adolescentes e jovens indígenas ameaçados por diversos tipos de violências. Creio que, conforme reflete Oliveira

(1998), em seu estudo sobre o povo Tikuna, esse momento/situação histórica gerou uma conexão positiva, estabelecida entre os jovens que se apresentaram como lideranças e o próprio movimento indígena, que se vê obrigado a dar uma resposta aos apelos, concretizada na criação dos Departamentos de Juventude.

Nesse contexto, aproveitando as reflexões de Oliveira (2009), é preciso pensar que, na atualidade, a questão da representatividade, anteriormente feita e/ou autorizada somente para as lideranças tradicionais, sofreu uma significativa mudança com a entrada de lideranças mais jovens, professores, agentes de saúde, entre outros. O processo de mobilização dos adolescentes e jovens indígenas é algo novo; talvez possamos falar em um processo em construção – algo que circunstancia a atualidade do movimento indígena com o despontar de lideranças jovens, mas que se centra no contexto social contemporâneo no qual estão inseridos os sujeitos envolvidos nesse processo.

Diante dos problemas sociais enfrentados, sobretudo no contexto urbano, a situação dos adolescentes e jovens se tornou uma preocupação constante dos adultos, instituições e dos próprios jovens. As problemáticas sociais vivenciadas pelos adolescentes e jovens provocam as lideranças jovens a apresentarem ideias e propostas, assumindo a posição de lideranças no processo de cobrança sobre políticas públicas para os adolescentes e jovens indígenas. Além disso, inauguram um discurso de participação atuante (não só elaboram propostas, mas querem participar efetivamente da execução), apropriam-se e/ou elaboram o discurso sobre políticas públicas para a juventude do Rio Negro e endossam a participação efetiva dos jovens. Tais lideranças passam a almejar a ocupação de espaços estratégicos, seja no movimento indígena, seja na esfera pública, isto é, espaços de poder. Outrossim, os jovens membros das “galeras”, grupos estigmatizados, continuam provocando as instituições e as lideranças indígenas, através dos atos de rebeldia vistos como ameaça à segurança nos centros urbanos do Rio Negro.

Todo esse contexto social aponta para a emergência de um discurso, talvez ainda muito germinal, ainda em seus primeiros momentos de existência e que se concretiza na emergência de um novo sujeito político que passa a ocupar um lugar proativo no que se constitui o universo das políticas públicas específicas e/ou a provocar, com novas demandas, irreverências e violência, o cenário social e político do Rio Negro.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIMRN/DEJI (2008). *Projeto de criação do DEJI*. (Não publicado).
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República.
- Brasil (2011). *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Câmara dos Deputados.
- Brasil (2011). *Manual Orientador das Conferências Livres*. Secretaria Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude/Conselho Nacional de Juventude. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br>. Acesso em: 17 ago. 2014.

- Brasil (2013). *Lei N.12.852*, de 05 de agosto de 2013 - Estatuto da Juventude. Brasília: Presidência da República.
- Bourdieu, Pierre (1989). *O poder simbólico*. 13ª ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil.
- Cabalazar, Aloisio & Ricardo, Carlos Alberto (Eds.) (2006). *Povos Indígenas do Rio Negro: uma introdução à diversidade socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira*. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.
- CNBB (1992). *Manual da Campanha da Fraternidade: juventude caminho aberto*. São Paulo: Salesiana.
- CNBB (2007). Documento 85. In: *Evangelização da Juventude: desafios e perspectivas pastorais*. São Paulo: Paulinas.
- Foucault, Michel (2011). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola.
- Luciano, Gersem José dos Santos (2011). *Educação para o manejo do mundo, entre a escola ideal e a escola real: os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro*. Tese (Doutorado em Antropologia). Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade de Brasília-UnB.
- Matos, Maria Helena Ortolan (1997). *O processo de criação e consolidação do movimento Pan-indígena no Brasil (1970 a 1980)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília. UnB.
- Maximiano, Claudina Azevedo & Meneses, Elieyd Souza de (2009). *Adolescentes e jovens indígenas do alto rio Negro*. In: Alfredo Wagner Berno de Almeida & Glademir Sales dos Santos (Orgs). *Estigmatização e Território: mapeamento social dos indígenas em Manaus*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/Universidade Federal do Amazonas.
- Oliveira, João Pacheco (1988). *O nosso governo: os Tikuna e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero. Brasília, DF: MCT/CNPq.
- Oliveira, João Pacheco (2009). Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo malestar na Antropologia. *Cadernos do LEME*, Campina Grande, 1 (1), 2-27.
- Papa, Fernanda de Carvalho & Freitas, Maria Virgínia de (Orgs.) (2011). *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Petrópolis.
- Peres, Sidinei (2013). *A política da identidade: associativismo e movimento indígena no rio Negro*. Manaus: Valer.
- Silva, Roselani Sodré da & Silva, Vini Rabassa da (2011). Política nacional de juventude: trajetória e desafios. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 63, 663-678.
- Sofiati, Flávio M (2004). *Jovens em movimento: o processo de formação da Pastoral da Juventude do Brasil*. São Carlos. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais- Centro de Educação e Ciências Humanas - Universidade Federal de São Carlos. UFSCar.
- Souza, Maximiliano Loiola Ponte de (2009). *Juventude, uso de álcool e violência em um contexto indígena em transformação*. Manaus. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Manaus: Instituto Fernandes Figueira - Fundação Oswaldo Cruz - Instituto Leônidas e Maria Deane.

**Claudina Azevedo Maximiano**. Doutora em Antropologia Social. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas-IFAM/Campus Lábrea. Email: claudina.maximiano@ifam.edu.br. ORCID: 0000-0003-0446-2352.

Receção: 11-08-2019

Aprovação: 12-12-2020

#### Citação:

Maximiano, Claudina Azevedo (2021). Adolescentes e jovens indígenas: participação política no Rio Negro. *Todas as Artes. Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura*, 4(2), pp. 86-103. ISSN 2184-3805. DOI: 10.21747/21843805/tav4n2a5

© 2021. This work is licensed under  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/> (the “License”).  
Notwithstanding the ProQuest Terms and Conditions, you may use this  
content in accordance with the terms of the License.